



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2024



ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
INTRODUÇÃO	8
1. RELATÓRIO DE GESTÃO	10
1.1 MISSÃO, VISÃO, VALORES E POLÍTICA DE QUALIDADE	10
1.2 ENQUADRAMENTO	11
1.2.1 LICENCIAMENTO DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES ARQUITETÓNICAS DO EDIFÍCIO SEDE.....	15
1.2.2 POLÍTICA DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS E DOAÇÕES.....	16
1.3 RESPOSTAS SOCIAIS	19
1.3.1 ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS	22
1.3.2 CENTRO DE DIA.....	31
1.3.3 CUIDADOS DE SAÚDE	32
1.3.4 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	35
1.4 SERVIÇOS DE SUPORTE.....	36
1.4.1 UNIDADE DE RECURSOS	36
1.4.1.1 RECURSOS HUMANOS	36
(a) ESTRUTURA ETÁRIA	37
(b) ESTRUTURA ORGÂNICA E FUNCIONAL.....	38
(c) TRABALHADORES DEPENDENTES	39
(d) PRESTADORES DE SERVIÇOS	41
(e) CUSTO DA ESTRUTURA.....	42
(f) FORMAÇÃO.....	43
(g) ACIDENTES DE TRABALHO	47
(h) ABSENTISMO.....	48
(i) MEDICINA DO TRABALHO	50
1.4.1.2 RECURSOS MATERIAIS	50
(a) AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.....	50
(b) BENS OU EQUIPAMENTOS	51
1.4.1.3 SERVIÇOS GERAIS.....	52
1.5 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	53
2. CONCLUSÕES E PROPOSTAS.....	53
2.1. CONCLUSÕES.....	53



Fundação de Solidariedade Social

2.2. PROPOSTA DE AÇÃO.....	54
2.3. EIXOS ESTRATÉGICOS (EE) E OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO).....	56
DEFINIÇÃO E PRIORIZAÇÃO	56
2.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	58
ANEXOS	59
ANEXO I: ORGANOGRAMA	61
ANEXO II: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	63



LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviatura	Significado
AAD	Ajudantes de Ação Direta
CA	Conselho de Administração
CAB	Conselho dos Amigos e Beneméritos
CC	Código de Contas
CE	Conselho Executivo
CD	Centro de Dia
CF	Conselho Fiscal
CFE	Comparticipação Financeira do Estado
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
COVID	<i>Corona Virus Disease</i>
EMV	Esperança Média de Vida
ERPI	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
ESNL	Entidades do Setor Não Lucrativo
UE	União Europeia
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
MMS	Mensalidade Mínima de Sustentabilidade
NCRF	Norma Contabilística e de Relato Financeiro
PADP	Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência



Fundação de Solidariedade Social

QOP	Quadro Orgânico de Pessoal
QdV	Qualidade de Vida
RS	Resposta Social
RAAML	Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa
RINSSSS	Real Irmandade de Nossa Senhora da Saúde e de São Sebastião
RNCCI	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
TA/SG	Trabalhadores Auxiliares de Serviços Gerais



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2024, ano do 128.º aniversário da Fundação-Lar de Cegos de Nossa Senhora da Saúde, concluiu-se mais uma etapa do seu já longo percurso, dedicado aos cuidados a cidadãos cegos, idosos ou com invalidez.

Constitui esta a missão primordial da instituição, que a vem cumprindo conforme desejo expresso da sua testadora, a D. Balbina dos Reis Pinto, sob a invocação de Nossa Senhora da Saúde e administração da Real Irmandade de Nossa Senhora da Saúde e São Sebastião. Missão que hoje se exerce seguindo critérios de gestão e financiamento que tragam inovação, a par do esforço que se vem mantendo na preparação e capacitação dos nossos profissionais. Só assim, será possível fazer face às crescentes dificuldades com que se confrontam as entidades da Economia Social e Não Lucrativa (ESNL) em Portugal, país em que a população idosa tem crescido significativamente nas últimas décadas, sendo um dos mais envelhecidos da Europa e do Mundo.



Neste último ano, já sem reflexos sensíveis de uma pandemia de efeitos nefastos, particularmente para as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), mas vivido numa conjuntura instável, externa e interna, em resultado dos efeitos perturbadores para a economia global, provocados pelos conflitos armados na Europa e no Médio-Oriente é, ainda assim, possível fazer um balanço globalmente positivo, que nos deve orgulhar e motivar para os desafios do futuro.

Reconhecemos que são muitos os apelos neste sector da economia social, tendo presente que, devido ao progressivo envelhecimento da população, existe uma premente necessidade de cuidados, a longo prazo, para as pessoas idosas, sendo



estes assegurados maioritariamente pelas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), comumente designadas, de Lares.

Os últimos relatórios da Carta Social indicam que as ERPI foram a Resposta Social para Idosos que mais cresceu e esta é uma realidade que acompanhamos, cientes de que o aumento da esperança de vida, e com isso, da população idosa, acarreta o crescimento das doenças crónicas e das demências, exigindo cuidados mais complexos, enquanto pressiona o sistema de pensões, o sistema de saúde e também o terceiro setor, pela maior procura de lares e serviços de apoio domiciliário.

É certamente este o principal repto que se coloca hoje aos gestores das instituições sociais, o qual, no essencial, se resume ao desafio de como, em tempos de grande exigência, captar recursos que viabilizem as atividades sociais desenvolvidas, tornando-as sustentáveis financeiramente, o que é crucial para garantir a continuidade dos serviços prestados, num horizonte alargado.

Com o olhar no exercício findo de 2024, é com satisfação que se constata ter-se atingido e concretizado alguns objetivos importantes, garantido ao mesmo tempo, a consolidação e equilíbrio das contas, que, à semelhança dos anos anteriores, se traduziu, novamente, na apresentação de resultados líquidos e operacionais positivos. Manteve-se, igualmente, o foco no reforço da qualidade da assistência e cuidado aos nossos idosos das respostas de Lar e Centro de Dia (CD), conhecedores que, para isso, é também importante alcançar o objetivo prioritário do momento que é concretizar a tão ambicionada requalificação do edificado da nossa sede.

Fomos igualmente consequentes na ação, quanto à necessidade de um efetivo comprometimento com os desafios de mudança, apostando na comunicação, na inovação e nas boas-práticas. Nesse sentido, investiu-se em soluções informáticas e em tecnologia bem como, no empreendedorismo social, ao mesmo tempo que incorporamos melhores práticas para ampliar as receitas, reduzir custos, evitar o



desperdício e mitigar o impacto ambiental, nomeadamente ao nível da eficiência energética.

Vem nessa linha os esforços que prosseguimos para melhorar a política de angariação de fundos, por meio de doações, parcerias com empresas, *crowdfunding* e candidaturas a fundos nacionais ou europeus, assim contribuindo para a diversificação das fontes de financiamento, para além dos subsídios estatais.

Complementarmente, o empenho para uma permanente otimização dos recursos disponíveis e a priorização que colocamos na valorização do trabalho e motivação das pessoas, pelo papel primordial e incontornável que têm para a nossa Instituição e para o cumprimento da sua missão. Também a revisão efetuada no Quadro Orgânico de Pessoal traduz a preocupação de adequação dos rácios de pessoal ao grau de dependência dos utentes, como garantia para uma maior presença e proximidade.

Focamo-nos ainda na mobilização do trabalho voluntário e na dinamização das parcerias e contribuições espontâneas de pessoas, empresas e outras organizações da sociedade civil, numa conjugação de ações e esforços que tendam para a diversificação dos serviços que prestamos e para contrabalançar os sempre elevados custos de operação das nossas respostas sociais.

A gestão eficaz da Fundação-Lar de Cegos de Nossa Senhora da Saúde implica uma abordagem integrada que combine formação especializada, parcerias estratégicas, programas de inclusão e uma gestão financeira sólida, como garantia para a melhoria contínua da qualidade de vida dos seus utentes.

Continuará a ser esta a nossa aposta que, estamos certos, muito contribuirá para a valorização e promoção dos serviços que asseguramos, conhecedores das crescentes responsabilidades que temos, pela dimensão das causas que prosseguimos, mas sobretudo cientes da importância e valor do legado que recebemos e do impacto positivo da obra social que realizamos.



INTRODUÇÃO

A Fundação-Lar de Cegos Nossa Senhora da Saúde é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, que comemorou, em 2024 o seu 128.º aniversário, e tem como objetivo primordial prestar assistência a invisuais de qualquer idade, bem como, proteção a cidadãos na velhice e em situações de falta de meios de subsistência, de isolamento ou de incapacidade para o trabalho.

Em 1896, por vontade expressa da benemérita Maria Balbina dos Reis Pinto, foi criado o Asilo de Cegos de Nossa Senhora da Saúde, com estatutos aprovados por alvará de 28 de julho de 1897, do Governo Civil do Distrito de Lisboa, no edifício que lhe pertenceu, situado na Rua Silva Carvalho n.º 36, em Lisboa, doado pela distinta senhora à Real Irmandade de Nossa Senhora da Saúde e de São Sebastião (RINSSSS) e que assim se veio a constituir sua administradora.

Em 1987, graças à ação benemérita dos Comendadores Manuel Nunes Corrêa e esposa, foi possível edificar um pavilhão com dois pisos nos jardins da casa sede da Fundação-Lar, tendo o mesmo sofrido nova ampliação, em 1991, com apoios do Ministério do Emprego e Segurança Social e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Com a ampliação da sua capacidade, a Instituição passou também a receber idosos sem deficiência visual e a designar-se Fundação-Lar de Cegos de Nossa Senhora da Saúde, tendo sido reconhecida como pessoa coletiva de Utilidade Pública.

Em 2000, por despacho de 25 de maio do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, foi aprovada a alteração aos Estatutos, cujo registo foi lavrado em 16 de junho pelo averbamento n.º 2, à inscrição n.º 79/88, a fl. 191 do Livro n.º 3 das Fundações de Solidariedade Social, conforme publicação no Diário da República n.º 172, 3.ª Série de 27 de julho de 2000.



Fundação de Solidariedade Social

O projeto de alterações aos Estatutos da Fundação-Lar de Cegos de Nossa Senhora da Saúde foi aprovado em 26 de outubro de 2016, em reunião extraordinária do Conselho de Administração e, a 27 de outubro de 2016, em reunião extraordinária da Mesa Administrativa da Real Irmandade de Nossa Senhora da Saúde e São Sebastião.

O registo dos novos estatutos foi lavrado pelo averbamento n.º 4, à inscrição n.º 79/88, a fls. 191 do Livro n.º 3 e fls. 159 Verso do Livro n.º 7 das Fundações de Solidariedade Social, considerando-se efetuado em 23/12/2016.

Em 13 de fevereiro de 2017 foi efetuada a publicação oficial do registo dos estatutos, pela Direção-Geral da Segurança Social.



1. RELATÓRIO DE GESTÃO

O estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, alterado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, estabelece, no n.º 2 do artigo 14.º-A, que as contas do exercício são publicitadas obrigatoriamente no sítio institucional eletrónico da instituição até 31 de maio do ano seguinte a que dizem respeito.

O Relatório e Contas é elaborado anualmente, dele constando uma análise descritiva do exercício e mapas contabilísticos específicos, nomeadamente o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Mapa de Fluxos de Caixa.

O principal objetivo do Relatório e Contas passa por colocar à disposição dos utentes, e da população em geral, toda a informação que permita a correta avaliação do desempenho da Instituição, constituindo também uma oportunidade para informar e elucidar quanto às principais opções estratégicas do exercício, face ao enquadramento económico e regulamentar.

Caracteriza igualmente a atividade das áreas de intervenção e analisa o seu efeito do ponto de vista económico e financeiro.

Assim sendo, neste capítulo, trataremos a área da Gestão, dando o enfoque à componente Contabilística, em parte a anexar.

1.1 MISSÃO, VISÃO, VALORES E POLÍTICA DE QUALIDADE

(a) MISSÃO

Prestar um serviço de qualidade e humanizado nas Respostas Sociais para cidadãos cegos e idosos, respondendo às suas necessidades e expectativas, no sentido de lhes proporcionar uma melhor qualidade de vida, estimular a autonomia, respeitar a dignidade e preservar a individualidade.



(b) VISÃO

Num horizonte de três anos, proporcionar, de forma inovadora e com elevado grau de profissionalismo, a satisfação dos seus utentes, pela excelência dos serviços que presta, pautada por critérios de qualidade e sustentabilidade, projetando a Fundação Lar como Instituição de referência entre as Estrutura Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), integrando serviços de apoio diferenciados a cegos, idosos e à comunidade.

(c) VALORES

- Compromisso
- Responsabilidade Social
- Eficiência
- Rigor

(d) POLÍTICA DE QUALIDADE

A Fundação-Lar está vocacionada para servir os utentes no respeito pelos Valores definidos, na certeza de contribuir com a sua Missão e Visão para melhorar a qualidade de vida dos utentes e otimizar as relações familiares através duma melhoria contínua dos serviços prestados e da agilização e inovação na gestão da Instituição.

1.2 ENQUADRAMENTO

Neste ponto relevam-se as temáticas que merecem atenção e destaque, face ao período em análise.

O envelhecimento é um tema cada vez mais relevante devido ao aumento da expectativa de vida e ao crescimento da população idosa. Com isso, diversos países



estão a adotar medidas para melhorar a qualidade de vida dos idosos, promovendo um envelhecimento ativo e saudável. Algumas dessas medidas incluem:

(a) SAÚDE E BEM-ESTAR

Acesso ampliado à saúde: expansão de programas de atenção primária, consultas geriátricas e acesso a medicamentos.

Prevenção de doenças: campanhas de vacinação, acompanhamento de doenças crônicas (diabetes, hipertensão) e promoção da saúde mental.

Atividades físicas: programas gratuitos ou subsidiados de exercícios físicos, como caminhadas, hidroginástica e yoga.

(b) APOIO SOCIAL E COMUNITÁRIO

Universidades Seniores/Centros de Dia e de Convívio: Espaços onde idosos podem interagir, participar de atividades culturais, educativas e recreativas.

Combate à solidão: programas de visitas domiciliares e iniciativas de voluntariado para proporcionar companhia e suporte emocional.

(c) TECNOLOGIA E INCLUSÃO DIGITAL

Ensino de tecnologia: cursos para ensinar idosos a usar smartphones, redes sociais e internet para manterem-se conectados.

Monitoramento remoto: uso de dispositivos de saúde inteligentes para monitoramento de sinais vitais e emergência médica.

(d) MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

Transporte público adaptado: tarifas reduzidas e veículos acessíveis para idosos.



Urbanismo inclusivo: construção de calçadas acessíveis, espaços públicos adaptados e prioridade no atendimento.

(e) PROTEÇÃO FINANCEIRA E DIREITOS

Pensões/Reformas: reformas e políticas para garantir pensões justas.

Combate à violência e exploração: campanhas de conscientização e canais de denúncia para abuso financeiro e violência contra idosos.

Essas medidas procuram garantir que o envelhecimento seja uma fase ativa, produtiva e com qualidade de vida.

Portugal tem implementado diversas iniciativas para melhorar a qualidade de vida dos idosos, promovendo um envelhecimento ativo e saudável. As principais medidas incluem:

(f) ESTATUTO DA PESSOA IDOSA

Este estatuto visa assegurar um envelhecimento digno e valorizado, garantindo maior inclusão social para os mais velhos. Foi criado para reforçar os direitos e a proteção da população idosa em Portugal.

(g) PLANO DE AÇÃO PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL 2023-2026

Publicado em 2024, este plano estabelece um novo paradigma de resposta às necessidades atuais da população sénior, visando a melhoria da qualidade de vida nas próximas décadas. Foca-se na promoção da saúde e bem-estar, autonomia e vida independente, proteção de rendimentos, aprendizagem e requalificação de competências, participação no mercado de trabalho e envolvimento ativo na sociedade.



(h) ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL (ENEAS)

Esta estratégia define o envelhecimento ativo como o processo de otimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança, visando a melhoria da qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem. Enfatiza o desenvolvimento e manutenção da capacidade funcional, contribuindo para o bem-estar das pessoas idosas.

(i) REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS (RNCCI)

A RNCCI é uma rede de prestação de cuidados de saúde e apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que se encontrem em situação de dependência. Criada em 2006, resulta de uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sendo constituída por unidades públicas e privadas.

(j) ESTRATÉGIA DA SAÚDE NA ÁREA DAS DEMÊNCIAS

Esta estratégia define os princípios para os cuidados a pessoas com demência, incluindo critérios para intervenção preventiva, deteção precoce e acesso ao diagnóstico médico. Visa clarificar um percurso de cuidados para as pessoas com demência, assente em princípios de ética, proximidade, acessibilidade, equidade e continuidade.

(k) APOIOS FINANCEIROS E SOCIAIS

O Orçamento do Estado para 2025 estabelece um compromisso claro com a melhoria das condições de vida dos idosos, garantindo o acesso a um sistema nacional de saúde de qualidade e à proteção dos mais vulneráveis.



Estas iniciativas refletem o compromisso de Portugal em promover o bem-estar e a qualidade de vida na terceira idade, assegurando que os idosos tenham acesso a cuidados adequados, oportunidades de participação ativa na sociedade e proteção dos seus direitos.

1.2.1 LICENCIAMENTO DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES ARQUITETÓNICAS DO EDIFÍCIO SEDE

No processo de licenciamento em curso para a requalificação do edificado da sede, merece realce a aprovação dos projetos de arquitetura e das especialidades, tendo sido requerido à Câmara Municipal de Lisboa a prorrogação do prazo para a emissão do alvará de licenciamento das obras referentes ao processo e-EDI/2020/28 do qual é titular a Fundação-Lar. Posteriormente, foi concedida a referida prorrogação para entrega dos elementos necessários à emissão do alvará de licença, por mais um ano, a contar do término do prazo previsto inicialmente, no entanto, à presente data, o prazo limite para o levantamento do alvará, expirou e aguardando-se confirmação da dilatação desse prazo.

O referido projeto de licenciamento de obras apresenta uma estimativa de custos para as obras necessárias que poderá ascender, ou mesmo ultrapassar os 6 milhões de euros.

Como é expectável, dada a longevidade do edificado e o agravamento dos problemas estruturais, confrontamo-nos com a necessidade urgente e inadiável da realização de obras de reabilitação e requalificação das construções existentes na nossa sede. Várias têm sido as diligências prosseguidas para a obtenção do financiamento necessário, mas sem sucesso.



Perante as reais e incontornáveis dificuldades de financiamento, ponderou-se que, como solução alternativa, se equacionasse proceder à alienação do património edificado da sede por forma a garantir o financiamento da construção, de raiz, com custos previsivelmente mais baixos, de um equipamento social, em terrenos camarários existentes no concelho de Lisboa, ou em concelhos limítrofes, alocáveis para esse fim.

Trata-se de uma solução, que se afigura realista e tangível, mas que carece da anuência, proatividade e aprovação camarárias, sendo certo que colhe o agrado, apoio e total disponibilidade dos órgãos estatutários para convergir na procura das melhores opções, que garantam a continuidade do cumprimento da missão institucional e estatutária.

1.2.2 POLÍTICA DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS E DOAÇÕES

A Fundação-Lar tem vindo a investir na construção e dinamização de políticas de comunicação para angariação de fundos e captação de novos doadores, estabelecendo diretrizes claras para, de forma eficiente, atrair e administrar recursos financeiros, segundo princípios de ética e transparência.

Certamente que a adoção de políticas responsáveis e de boas práticas de gestão, como garantia de uma utilização racional e eficaz dos recursos, irá fortalecer a credibilidade da instituição e exponenciar as doações. Este trabalho vem-se desenvolvendo com a colaboração do Conselho dos Amigos e Beneméritos, em coordenação com a Direção de Serviços e a Qualidade e Comunicação.

O Programa de *Fundraising* da Fundação-Lar centra-se, não só, na angariação de receitas, mas também, numa procura constante de oportunidades de apoio e financiamento, junto do setor empresarial, como na atração de novos doadores individuais, através da apresentação de



candidaturas a diversos programas, projetos ou prémios, ou promoção de eventos e celebração de parcerias.

A celebração de parcerias ou protocolos anuais, bem como, a realização de ações específicas, em datas festivas, ou em eventos a promover, no âmbito do Plano de Atividades Anuais da Fundação-Lar tem possibilitado, de forma gradual, incrementar o envolvimento dos *stakeholders* e multiplicar o número de parcerias.

Promoveram-se igualmente candidaturas a prémios e programas no âmbito do Setor Social, nomeadamente, os Prémios Caixa Social, BPI Fundação “La Caixa” – Seniores, Bairro Feliz Pingo Doce, RAAML – Câmara Municipal de Lisboa, PRR Mobilidade Verde – Aquisição de Viaturas Elétricas, entre outros.

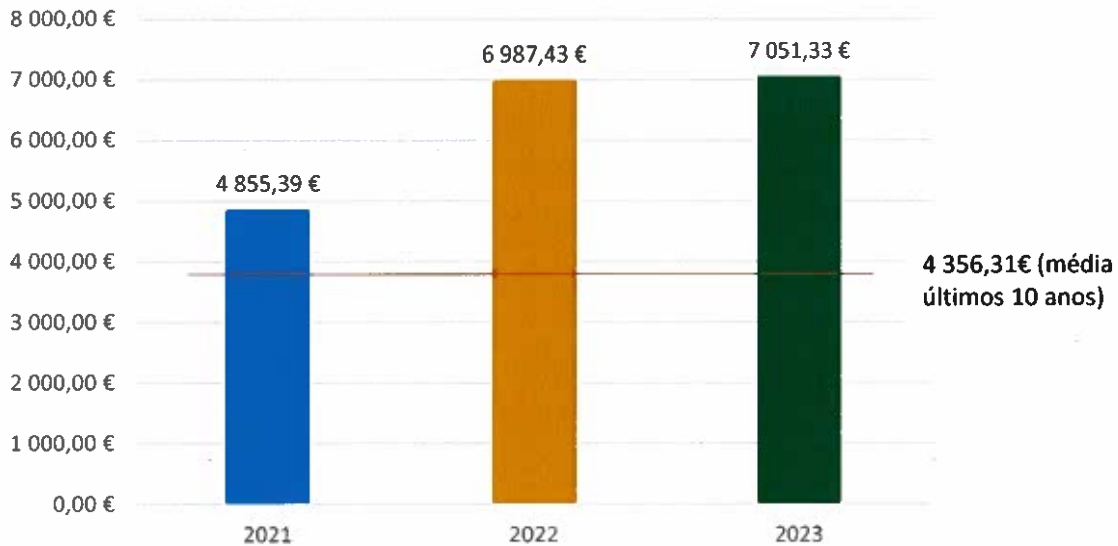
A Qualidade e Comunicação dinamizou a campanha para angariação de receita, através da consignação do IRS, tendo-se registado um crescimento considerável.

Quadro 1: Consignação do IRS

Análise Comparativa					
Conta	2021	2022	2023	Média 21-23	Média últimos 10 anos
78886	4 855,39€	6 987,43€	7 051,33€	6 298,05€	4 356,31€
		43,91%	0,91%		44,57%



Gráfico 1: Consignação de IRS



De igual modo, importa destacar que se operou um aumento dos donativos pontuais e a consolidação das doações regulares, verificando-se um acréscimo global dos donativos de quase 31% face ao ano anterior, e de quase 70% face ao ano de 2022, concorrendo assim para o incremento da receita global, fato que espelha o esforço para um maior investimento nesta área.

Quadro 2: Donativos em numerário

	2022	2023	2024
Total	11 037,82€	1 4287,05 €	25 659,66 €
Média	919,82€	1 191,84€	1 556,02€
		29,44%	79,60% (*)

(*) *Variação face ao ano anterior*



Gráfico 2: Donativos em numerário



1.3 RESPOSTAS SOCIAIS

A Esperança Média de Vida (EMV) representa o número médio de anos que um indivíduo pode esperar viver. Este número varia de região para região, país para país e é um indicador da qualidade de vida, competência médica e desenvolvimento socioeconómico, entre outros indicadores, do país.

Os Países Desenvolvidos, dentro dos quais se insere Portugal, demonstram um aumento gradual da sua EMV, tendo Portugal uma aceleração superior à média europeia.

Segundo as projeções mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2024 - estimativas da população residente em Portugal 2023), a população residente no país é de 10 639 726 milhões em 2023, mais 123 105 do que em 2022.

Ocorreu uma diminuição do número de jovens: por cada idoso, existem 2.6 pessoas em idade ativa, sendo que há 20 anos eram 4 pessoas ativas por idoso.



Portugal e Itália são os países da União Europeia (UE) com maior percentagem de população idosa (superior a 65 anos), tendo 186 idosos por cada 100 jovens. A população idosa tem crescido cerca de 2% ao ano, desde 2019. Atualmente, temos mais de 2.5 milhões de pessoas idosas, entre estas, 3 mil centenárias.ⁱ

O Portal PORDATA fornece os dados mais atuais sobre o Índice de Envelhecimento, de onde se extrai que, no ano de 2023, Portugal era o 2.º país da União Europeia com o Índice de Envelhecimento mais elevado. O Índice de Envelhecimento teve o valor de 188,1 idosos por cada 100 jovens (184,4 em 2022). Quanto ao índice de dependência de idosos, indicativo da relação entre a população idosa e a população em idade ativa, os dados do mesmo ano colocam Portugal em primeiro lugar face aos restantes países da União Europeia. Somos o 4.º país do Mundo com maior proporção de população idosa.

Apesar do número de idosos ser superior ao número de jovens, a população em idade ativa aumentou 1,6% em 2024, comparativamente ao mesmo período de 2023.ⁱⁱ

De acordo com o INE (2024), a EMV estimada em Portugal no triénio 2021-2023 foi de 81,17 anos (83,67 para as mulheres e 78,37 para os homens), tendo sofrido um aumento de 0,15 anos para as mulheres, e de 0,32 para os homens, face ao período de 2020-2022. Na região da Grande Lisboa, verificou-se um aumento de 80,85 anos para 81,15 anos, entre os triénios de 2020-2022 e 2021-2023.ⁱⁱⁱ

Comparando os dados de Portugal com os dados médios mais recentes da UE, em janeiro de 2023, a idade média dos países da UE foi de 44,5 anos, sendo que Portugal registou o maior aumento, de acordo com o Eurostat. Em específico, a idade média da população europeia cresceu 2,1 anos entre 2013 e 2023; enquanto em Portugal, o crescimento foi de 4,4 anos no mesmo período.^{iv}

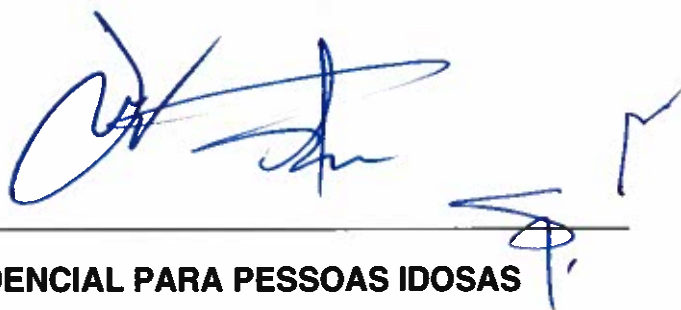
A Carta Social de 2023 noticia que existem 7 368 respostas de ERPI, CD e SAD, com capacidade para 283 276 pessoas. Lisboa é o concelho com o maior número de



[Handwritten signature in blue ink]

respostas de ERPI, totalizando 111, com capacidade para 4 662 utentes; o mesmo acontece em CD: 66 respostas, com capacidade para 3 481 pessoas.v

Tendo em conta o número crescente de pessoas idosas e pessoas idosas dependentes, é fulcral a criação e investimento em respostas e apoios para esta população. Atualmente, mais de um milhão de portugueses vive sozinho, e mais de metade destes (55%), são idosos. Somos o 4.º país da UE com a maior percentagem de pessoas idosas a viver sozinhas.vi



1.3.1 ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS



A nossa Resposta Social de ERPI tem capacidade para 105 utentes, efetivo que se atingiu no dia 29 de julho de 2024, preenchendo-se a totalidade das nossas vagas e mantendo a média inscrita no Orçamento Previsional de 103 utentes.

Durante o ano de 2024, nesta resposta social, registou-se a baixa de 20 utentes (17 por falecimento e 3 em resultado de saídas, por espontânea e livre vontade, justificadas como dificuldades de adaptação ao quotidiano da ERPI), bem como, a admissão de 22 utentes. Regista-se que a média das mensalidades dos 22 utentes admitidos para ERPI em 2024, com o valor de



1 189,64€, é inferior em 10,36€ ao valor da Mensalidade Mínima de Sustentabilidade (MMS), fixado para o ano em análise, que é de 1 200,00€. Em contrapartida, considerando a Comparticipação Financeira do Estado (CFE), a média mensal das mensalidades em ERPI registada em 2024 é de 1 723,04€, mais 75,62€ que o custo médio do utente apurado nas contas de 2023, que é de 1 647,42€. Em termos de participações familiares, a 31 de dezembro a Resposta Social (RS) de ERPI apresentou como resultado 26 172,16€, referente às admissões, e 21 862,76€ referente às saídas. Regista-se em 2024 um número de admissões superior ao de abates (saídas e óbitos), na razão de 22 para 20, e um número de óbitos inferior a 2023, na relação de 21 para 17.

Nos quadros abaixo, é possível observar a comparação dos 3 últimos anos:

Quadro 3: Comparação das admissões vs. saídas/óbitos em 2022, 2023 e 2024

2022									
Admissões					Saídas / Óbitos				
N.º Utentes		Mensalidade			N.º Utentes		Mensalidade		
Total	Média	Total	Média/utente	Média/Mês	Total	Média	Total	Média/utente	Média/Mês
38	3,2	39 580,01 €	1 041,58 €	3 298,33 €	27	2,3	22 641,03 €	838,56 €	1 886,75 €

2023									
Admissões					Saídas / Óbitos				
N.º Utentes		Mensalidade			N.º Utentes		Mensalidade		
Total	Média	Total	Média/utente	Média/Mês	Total	Média	Total	Média/utente	Média/Mês
23	1,9	24 249,19 €	1 054,31 €	2 020,77 €	26	2,2	26 998,45 €	1 038,40 €	2 249,87 €

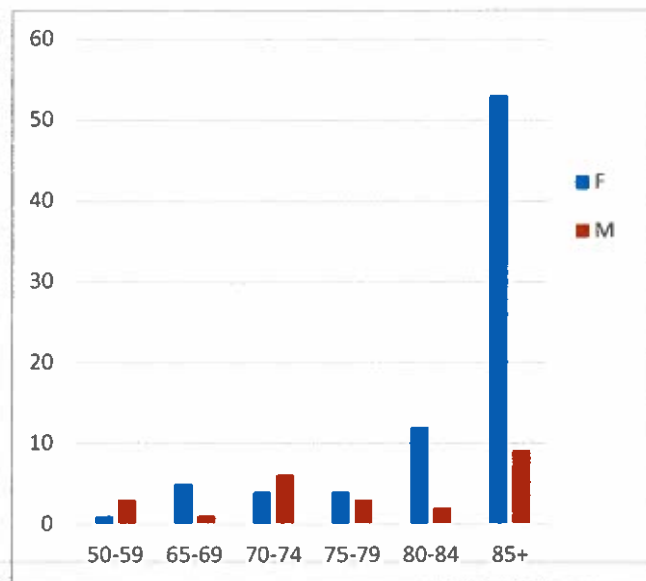
2024									
Admissões					Saídas / Óbitos				
N.º Utentes		Mensalidade			N.º Utentes		Mensalidade		
Total	Média	Total	Média/utente	Média/Mês	Total	Média	Total	Média/utente	Média/Mês
22	1,8	26 172,16 €	1 189,64 €	2 181,01 €	20	1,7	21 862,76 €	1 093,14 €	1 821,90 €



À data de 31 de dezembro de 2024, eram 103 os utentes residentes, sendo 79 do sexo feminino e 24 do sexo masculino, com uma média de idades de 86 anos para as mulheres e de 79 para os homens. No mês de julho registou-se o maior número de residentes, atingindo-se o máximo de 105 utentes, no final do mês, sendo que o efetivo mais baixo, foi registado em janeiro, com 99 residentes.

Para ambos os sexos, os utentes de ERPI situam-se, maioritariamente, nos escalões etários mais elevados, concretamente, com idades a partir dos 85 anos, representando mais de 50% do total.

Gráfico 3: Utentes de ERPI por Sexo e Escalão Etário

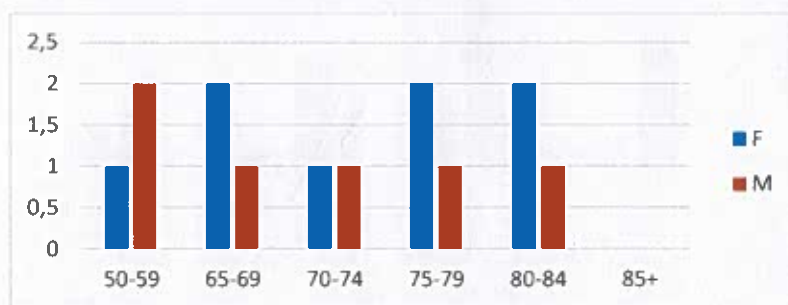


Na média dos 103 utentes de ERPI, 81 têm problemas de visão, a maior parte de nível moderado, e 14 têm “problema completo” (cegueira). No Gráfico



4 é possível verificar a distribuição dos utentes cegos por sexo e escalão etário e concluir que a distribuição é uniforme pelos diferentes intervalos de idades.

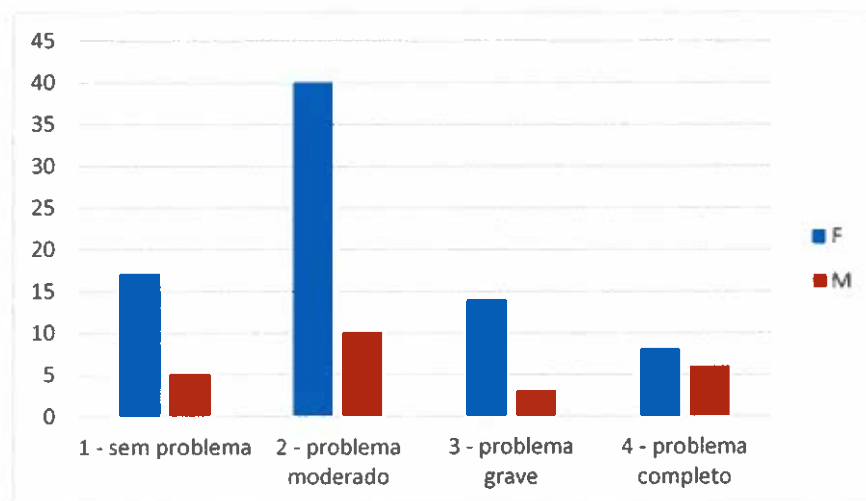
Gráfico 4: Utentes Cegos por Sexo e Escalão Etário



No Gráfico 5, os problemas de visão estão escalonados de acordo com o nível de patologia e de acordo com o sexo. Em termos de “Problema Completo” (cegueira), verifica-se que 8% são do sexo feminino e 6% do sexo masculino. O “Problema Grave” é dominado pelo sexo feminino (14 mulheres vs. 3 homens), atingindo o maior número de utentes o “Problema Moderado” (40 mulheres vs. 10 homens). Cerca de 22% das mulheres e 21% dos homens, não apresentam problemas de visão.



Gráfico 5: Utentes de ERPI por Problemas de Visão

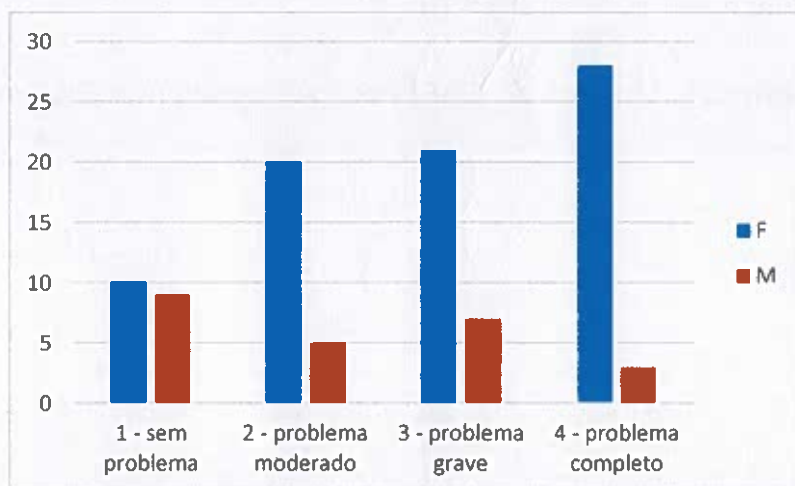


No Gráfico 6, os problemas relacionados com as Funções Mentais são desdobrados de acordo com o nível de patologia e de acordo com o sexo.

Em termos de “Problema Completo”, verifica-se uma predominância do sexo feminino, onde 35% das mulheres apresenta uma avançada deterioração cognitiva em comparação com 13% dos homens. Seguindo-se o “Problema Grave”, com 21 utentes do sexo feminino e 7 do sexo masculino. Na análise do “Problema Moderado”, observamos uma distribuição semelhante, com 19% de mulheres e 5% de homens. Já nas situações de “Sem Problema” regista-se uma distribuição equitativa, em ambos os sexos.

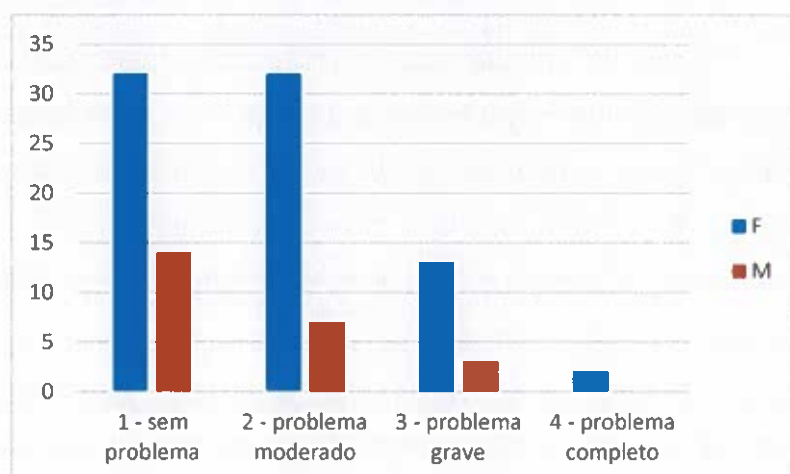


Gráfico 6: Utentes de ERPI por Problemas das Funções Mentais



No Gráfico 7, “Problemas Auditivos”, é possível constatar que a maioria dos utentes do sexo feminino têm “Problema Moderado” ou não têm problema. No sexo masculino, 58% não têm problemas, 29% têm “Problema Moderado” e 13% “Problema Grave”.

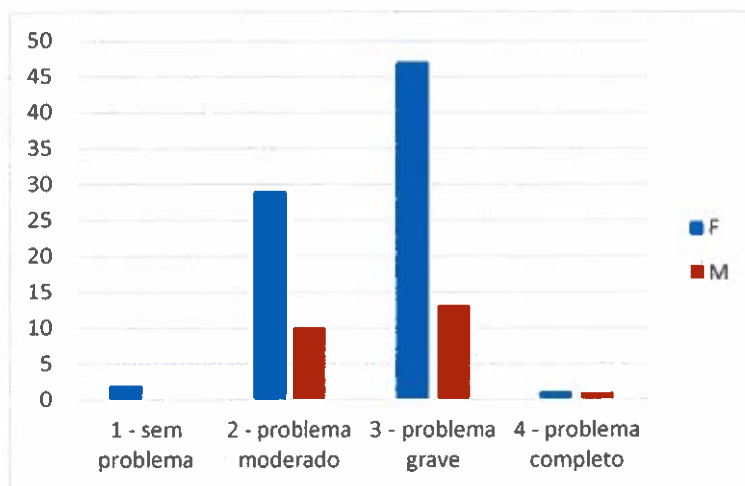
Gráfico 7: Utentes de ERPI por Problemas Auditivos





No Gráfico 8, “Problemas de Órgãos”, é possível notar que a maioria dos utentes do sexo feminino (96%) e do sexo masculino (96%) têm “Problema Moderado” ou “Problema Grave”.

Gráfico 8: Utentes de ERPI por Problemas nos Órgãos



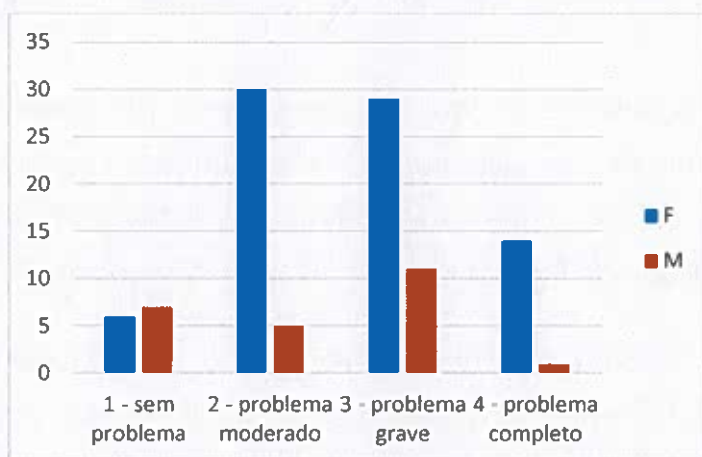
Relativamente aos problemas de movimento/mobilidade (capacidade de se movimentar livremente e sem dificuldades esta situação pode ser afetada por fatores como a idade, o nível de atividade física e a presença de doenças ou lesões) (cfr. Gráfico 9).

É possível concluir que as dificuldades relacionadas com a motricidade (a capacidade do corpo humano de se mover, coordenar ações musculares e interagir com o ambiente, divide-se em motricidade fina, que são movimentos precisos e coordenados dos músculos menores do corpo, como as mãos e dos dedos, e motricidade global, capacidade para realizar movimentos de forma voluntária e consciente) são comuns nos mais velhos. No referido gráfico, “Problemas de Movimento”, verifica-se que a maioria dos utentes do sexo feminino têm “Problema Moderado” ou “Problema Grave”. No sexo



masculino, só existe um caso com “Problema Completo”, 11 com “Problema Grave”, 5 com “Problema Moderado” e 7 que não apresentem problemas.

Gráfico 9: Utentes de ERPI por Problemas de Movimento



Analisando o total de residentes, por “Grau de Dependência”, pode constatar-se que a maior frequência relativa está no universo dos “Grandes Dependentes” (45% da população residente), seguido dos “Dependentes” (21%), “Parcialmente Dependentes” (29%) e por fim “Autónomos” (5%).

É de notar que se mantém a tendência registada ao longo dos últimos anos. Comparativamente a 2023, existe uma diminuição do número de “Autónomos” e, como consequência, um aumento dos “Grandes Dependentes” (de 40% para 45%) (vide Quadro 4).



Quadro 4: Grau de Dependência

Graus	Total	Mulheres	Homens
Autónomos (75%)	5%	4%	8%
Parcialmente Dependentes (80%)	29%	25%	42%
Dependentes (85%)	21%	20%	25%
Grandes Dependentes (90%)	45%	51%	25%
	100%	100%	100%

Analisando o grau de dependência por género, conclui-se que, num universo de 79 mulheres, 51% são “Grandes Dependentes” e, num universo de 24 homens, 25% são “Grandes Dependentes”, ou seja, quase metade da população da Fundação-Lar é “Grande Dependente”.

Tendo em conta a antiguidade dos residentes na Fundação-Lar, constata-se que, devido ao impacto do grande número de falecimentos, aliado ao elevado número de admissões, cerca de 70% dos utentes residem na ERPI há três ou menos anos. A utente institucionalizada há mais tempo, perfaz 26 anos de integração em janeiro 2025.

Durante o ano de 2024 houve um grande empenho nos processos de candidaturas e admissões, resultando desse facto um acréscimo significativo das mensalidades

Como se pode verificar no Quadro 5, apesar do progressivo esforço para a manutenção e consolidação da sustentabilidade financeira da Instituição, a par com novas admissões e outras angariações de receita, as participações familiares dos residentes, a 31 de dezembro de 2024, permanecem em valores ainda reduzidos, sendo que, 85% da população paga mensalidades iguais ou inferiores a 1 200,00€/mês, valor ainda abaixo do custo médio apurado por utente em ERPI que, em 2023, foi de 1 647,42€.



Quadro 5: Mensalidades ERPI

Mensalidade Lar	Utentes	%
≤ €300,00	2	1,94%
> €300,00 ≤ €500,00	12	11,65%
> €500,00 ≤ €800,00	16	15,53%
> €800,00 ≤ €1.200,00	58	56,31%
> €1.200,00 ≤ €1.400,00	4	3,88%
> €1.400,00 ≤ €1.600,00	4	3,88%
> €1.600,00	7	6,80%
	103	100,00%

85%

1.3.2 CENTRO DE DIA

A resposta de Centro de Dia (CD) destina-se a acolher os idosos durante o dia, a fim de evitar ou minimizar o seu isolamento e marginalização, facultando-lhes formas de ocupação do tempo, através de atividades de animação e ocupação adequados às características e gostos de cada um.

Tal como em 2023, foi difícil, em 2024, captar mais admissões para preencher a capacidade do CD, processo que foi muito afetado pela pandemia da COVID-19. Na verdade, as consequências desta pandemia deixaram sequelas permanentes, sendo de realçar também que não é abonatório o facto de o CD partilhar, nas instalações da instituição, o mesmo espaço que a ERPI, pelo que é notório que os idosos autónomos preferem optar por outro tipo de respostas, como as Universidades Seniores.

Esta RS tem uma capacidade total para 30 utentes, sendo que 18 das vagas se destinam a utentes protocolados e as restantes, a utentes extra acordo. À data de 31 de dezembro de 2024, com um total de duas admissões efetuadas, o registo da frequência é de 6 utentes.



Em dezembro de 2024 o CD integrava 4 utentes do sexo feminino e 2 do sexo masculino. A utente mais antiga de CD tem 87 anos e permanece nesta resposta desde 01 de março de 2006. O utente mais recente foi admitido em 07 de outubro de 2024, com a idade de 81 anos.

1.3.3 CUIDADOS DE SAÚDE

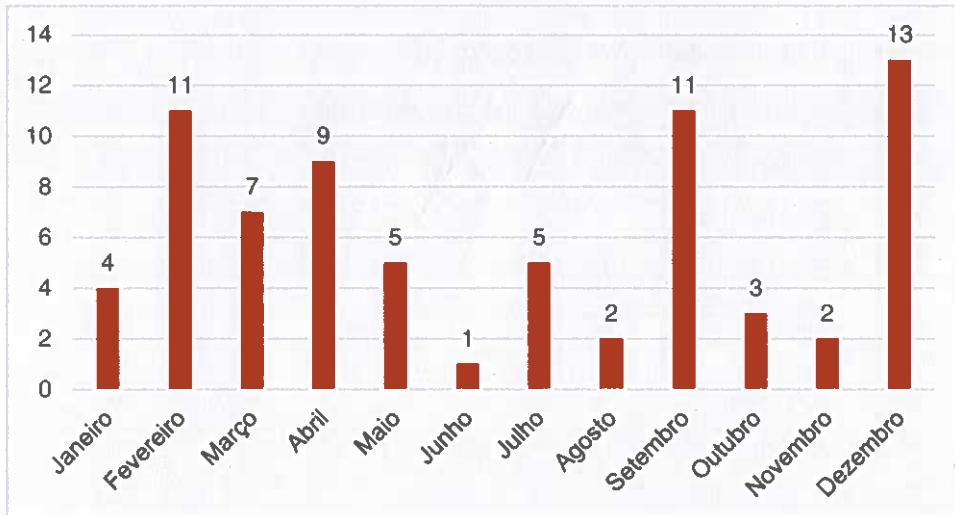
Devido ao grau de dependência dos nossos residentes, regista-se uma elevada frequência de hospitalizações. Contudo, comparativamente a 2023, observou-se no ano de 2024 um decréscimo de 88 para 73 idas ao hospital (cfr. Quadro 6 e Gráfico 10).

Quadro 6: Número de idas ao hospital por mês

Mês	N.º
Janeiro	4
Fevereiro	11
Março	7
Abril	9
Maio	5
Junho	1
Julho	5
Agosto	2
Setembro	11
Outubro	3
Novembro	2
Dezembro	13
Total	73



Gráfico 10: Número de idas ao hospital por mês



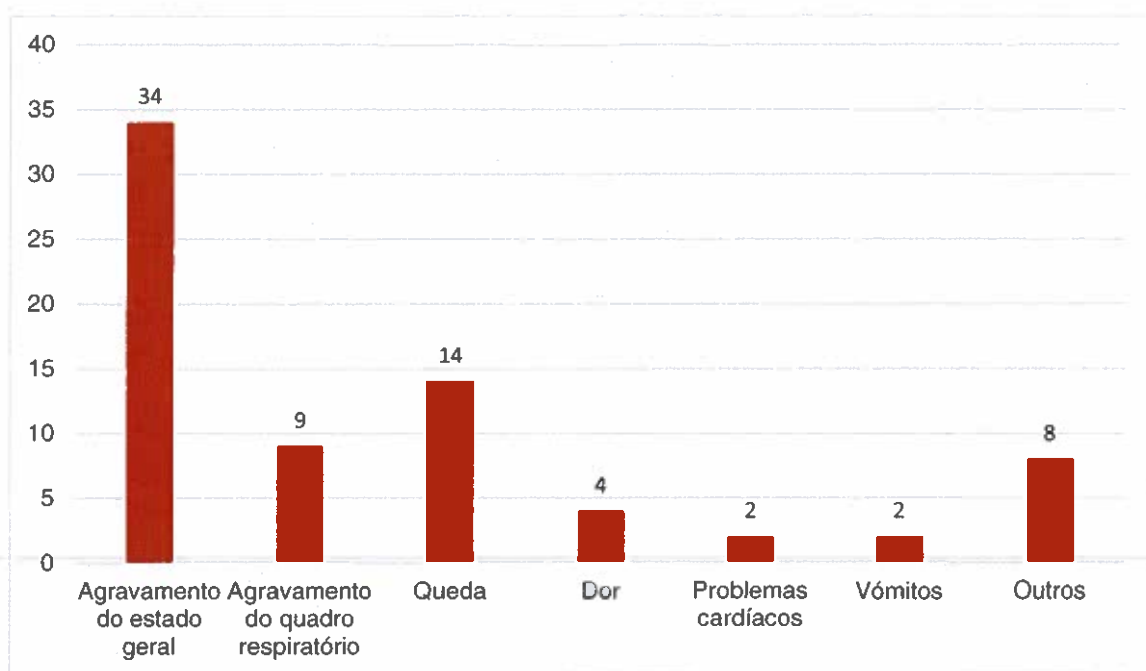
De entre os motivos que levaram a um maior número de hospitalizações, destacam-se: o agravamento do estado geral (deterioração geral das principais funções vitais do organismo), representando 47% das idas ao hospital; as quedas, com 19% de casos reportados; o agravamento do quadro respiratório, com um registo de cerca 12% de casos. Os restantes motivos que levaram a idas ao hospital podem ser verificados na tabela e gráfico seguintes.



Quadro 7: Motivo das hospitalizações

Motivo	N.º
Agravamento do estado geral	34
Agravamento do quadro respiratório	9
Queda	14
Dor	4
Problemas cardíacos	2
Vómitos	2
Outros	8

Gráfico 11: Motivo das hospitalizações





1.3.4 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

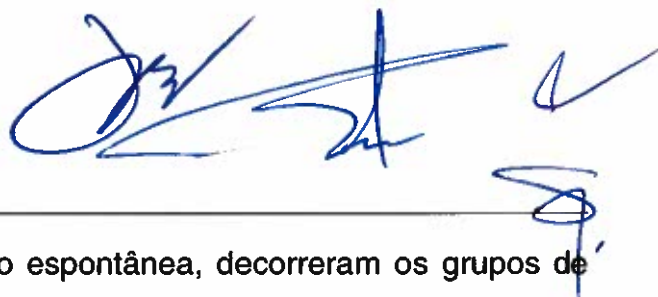
As atividades de animação sociocultural desenvolvidas ao longo do ano de 2024, constam do Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal (PADP) desenvolvido para esse ano. São a continuação do plano de ação do ano transato e assentam numa estratégia, não só de melhoria, mas também num contínuo interesse em manter ativos os utentes institucionalizados.

A heterogeneidade da população abrangida, não só quanto às idades, como também à diversidade das características pessoais, capacidades, dificuldades, gostos e histórias de vida, foram sempre tidas em conta nos principais objetivos das atividades programadas.

O PADP, no qual constam sobretudo as atividades de teor evocativo e comemorativo, foi complementado com a programação de atividades adicionalmente pensadas para cada mês. Esta programação permitiu uma divulgação mais direta junto da população e teve em conta diversas áreas para favorecer um envelhecimento integrado, nomeadamente: a estimulação das funções cognitivas e psicomotoras, passando também pela comunicação verbal e corporal e por atividades lúdico-recreativas.

Um dos pontos em destaque no ano em apreço, e considerado benéfico para os utentes, foi a presença e interação dos familiares na instituição. Foram criadas atividades conjuntas, reforçando a importância do estreito relacionamento entre a instituição, os utentes e a família.

Em 2024 foi realizado o passeio anual de três dias, onde se concretizou o principal objetivo, que visava promover momentos lúdico-recreativos, numa região do país, sendo Évora a região escolhida. Foram também mantidas as aulas de *Tai-Chi-Chuan* adaptado, os ensaios e atuações do grupo coral da Fundação-Lar, as sessões de fisioterapia em grupo, ou individuais, e as aulas



de música em grupo. De realização espontânea, decorreram os grupos de croché, tricô, leitura, conversa, marcha ou passeio, televisão, atividades religiosas, entre outras, ao gosto e vontade de cada utente.

1.4 SERVIÇOS DE SUPORTE

O ano de 2024 foi um ano de reestruturações e investimentos com vista à melhoria contínua dos nossos serviços e beneficiação das infraestruturas.

1.4.1 UNIDADE DE RECURSOS



1.4.1.1 RECURSOS HUMANOS

Assim como em qualquer organização, a administração de uma IPSS assenta, na eficácia dos critérios que adota para uma boa gestão dos seus recursos, principalmente os humanos, materiais e financeiros, naturalmente colocando a sua ênfase no fator humano, uma vez que as pessoas são o alicerce e o capital mais importante das organizações e, muito em particular das instituições do terceiro setor.

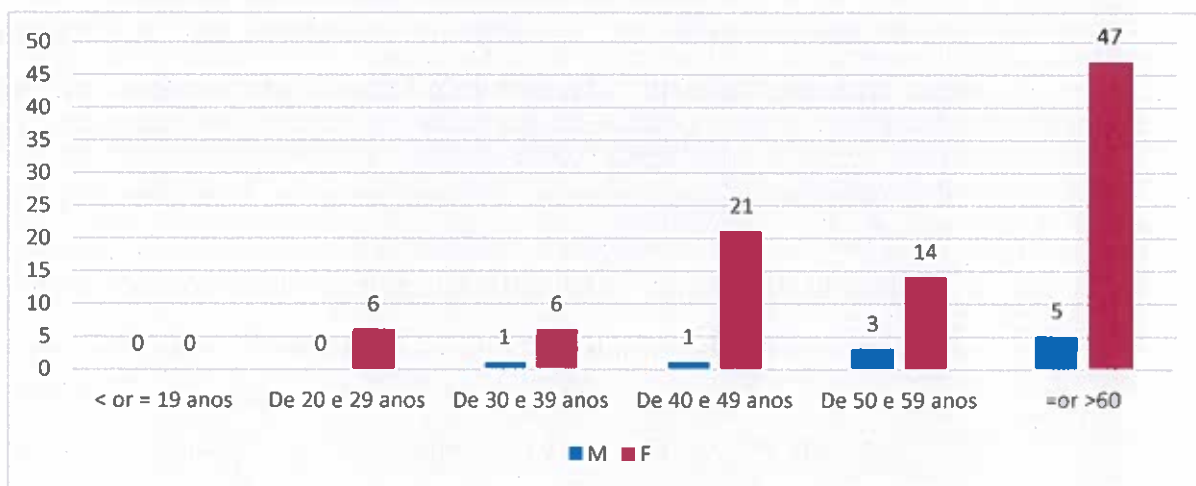


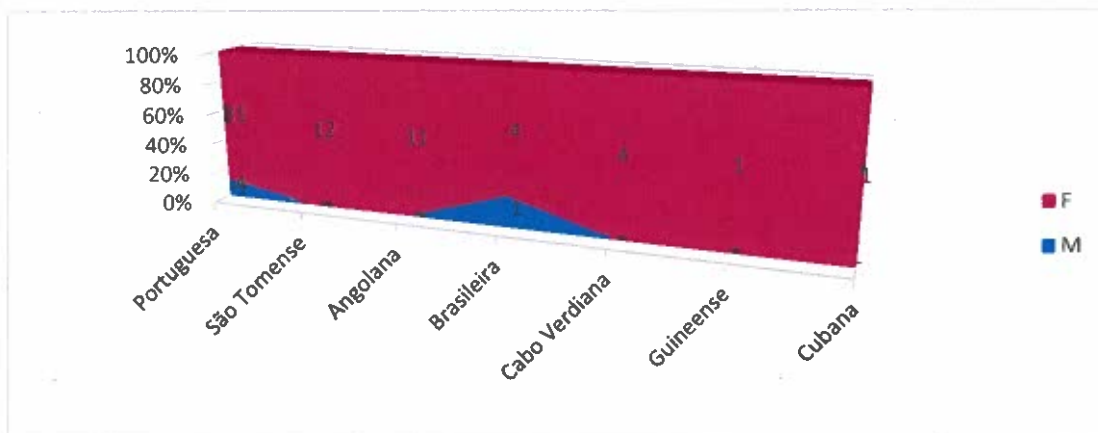
O objetivo é promover um ambiente de trabalho que potencie a valorização das pessoas, o espírito de colaboração, a motivação e a responsabilidade em todas as áreas funcionais. A aposta na gestão adequada dos recursos humanos deve ainda contribuir para a qualidade dos serviços prestados e a sustentabilidade das instituições, pelo que, dessa forma, é considerado um investimento prioritário.

(a) ESTRUTURA ETÁRIA

Os trabalhadores dependentes da Fundação-Lar apresentam idades compreendidas entre os 24 e os 66 anos e são de nacionalidades diversas, conforme o Gráficos 12 e 13.

Gráfico 12: Faixas Etárias



**Gráfico 13: Nacionalidades por Sexo****(b) ESTRUTURA ORGÂNICA E FUNCIONAL**

O cumprimento da missão na Fundação-Lar é assegurado, maioritariamente, pela sua estrutura laboral permanente que são os Trabalhadores Dependentes e, complementarmente, pelos Trabalhadores Independentes ou Prestadores de Serviços externos.

Importa referir que, relativamente ao dispositivo orgânico permanente que, na sequência da publicação da portaria n.º 349/2023 de 13 de novembro (diploma que procede à primeira alteração à Portaria n.º 67/2012, de 21 de março, que define as condições de organização, funcionamento e instalação a que devem obedecer as estruturas residenciais para pessoas idosas) procedeu-se, em tempo, à reformulação dos regulamentos internos de ERPI e CD mas também, à revisão do Quadro Orgânico de Pessoal (QOP), aprovado 03 de novembro de 2020 e, em vigor desde 01 de janeiro de 2021.



A alteração operada na orgânica resulta, essencialmente, da necessidade de proceder ao reajustamento dos rácios de pessoal, em particular, de Ajudantes de Ação Direta (AAD) e de Trabalhadores Auxiliares de Serviços Gerais (TA/SG), conforme o artigo 12.º do suprarreferido diploma, e, adicionalmente, da vantagem em se incluir na estrutura funcional das RS, dois novos lugares orgânicos, um para Psicólogo e outro para Psicomotricista.

Com esta alteração, o efetivo orgânico passa de 60 para 70 trabalhadores, sendo que, nas categorias sujeitas a rácio, as AAD passam de 36 para 45 e os TA/SG de 6 para 7.

Esta atualização do QOP representa acréscimo anual de gastos com pessoal, face ao QOP anterior, de 154 541,89€.

(c) TRABALHADORES DEPENDENTES

Contabiliza-se, a 31 de dezembro de 2024, um total de 69 trabalhadores, sendo 64 mulheres e 5 homens, repartidos por 17 categorias profissionais.



Gráfico 14: Distribuição por Categoria

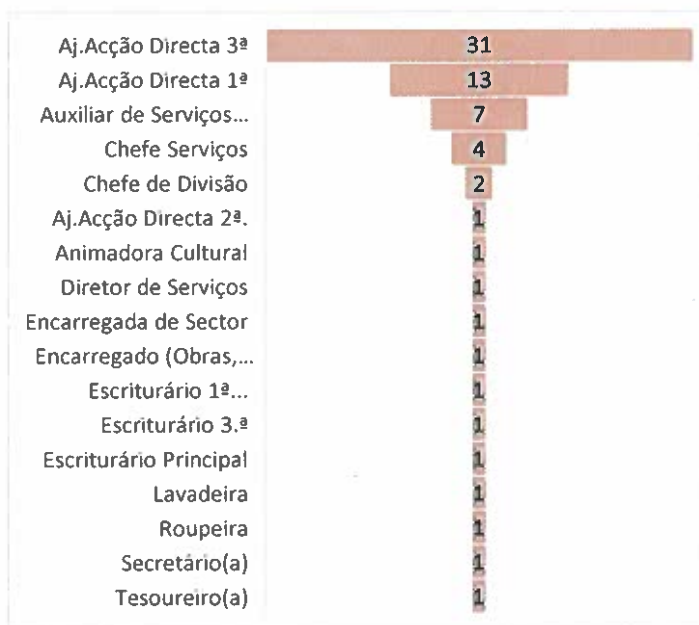
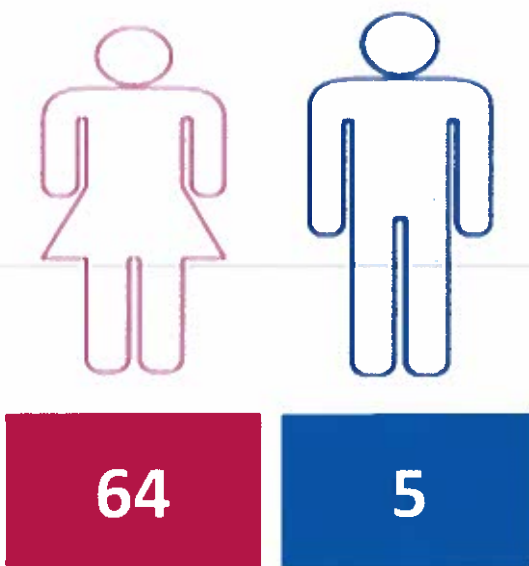


Gráfico 15: Distribuição por Sexo

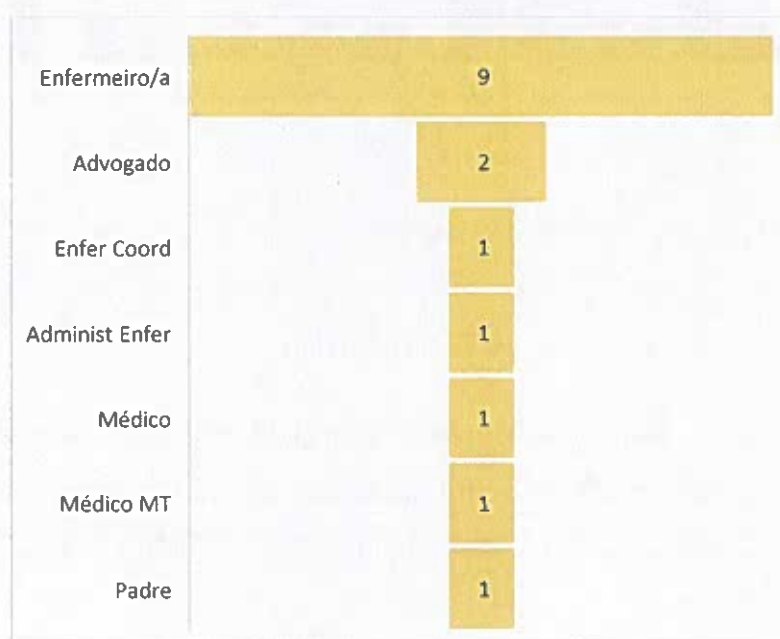




(d) PRESTADORES DE SERVIÇOS

A Fundação-Lar dispõe de 16 Prestadores de Serviços, distribuídos por 7 categorias profissionais, conforme gráfico infra.

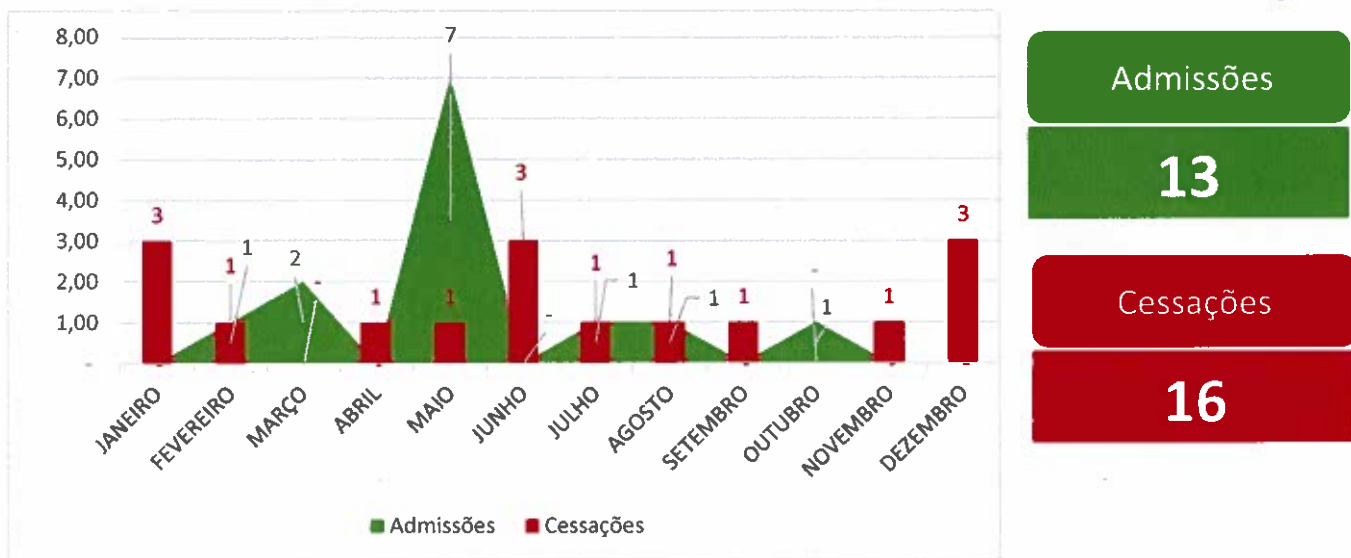
Gráfico 16: Prestadores de Serviços por Categoria Profissional



A manutenção de equipes estáveis e motivadas profissionalmente, tem sido uma prioridade da Fundação-Lar; no entanto, apesar do forte compromisso com esse propósito, registaram-se durante o ano de 2024, 16 cessações de contrato e 13 admissões, tal como indicado no seguinte gráfico:



Gráfico 17. Admissões e Cessações



(e) CUSTO DA ESTRUTURA

Verifica-se um decréscimo de custo dos Prestadores Serviços em 3%, face a 2023, e um aumento de 16,5% face ao mesmo ano, no que concerne aos custos fixos com os trabalhadores dependentes.

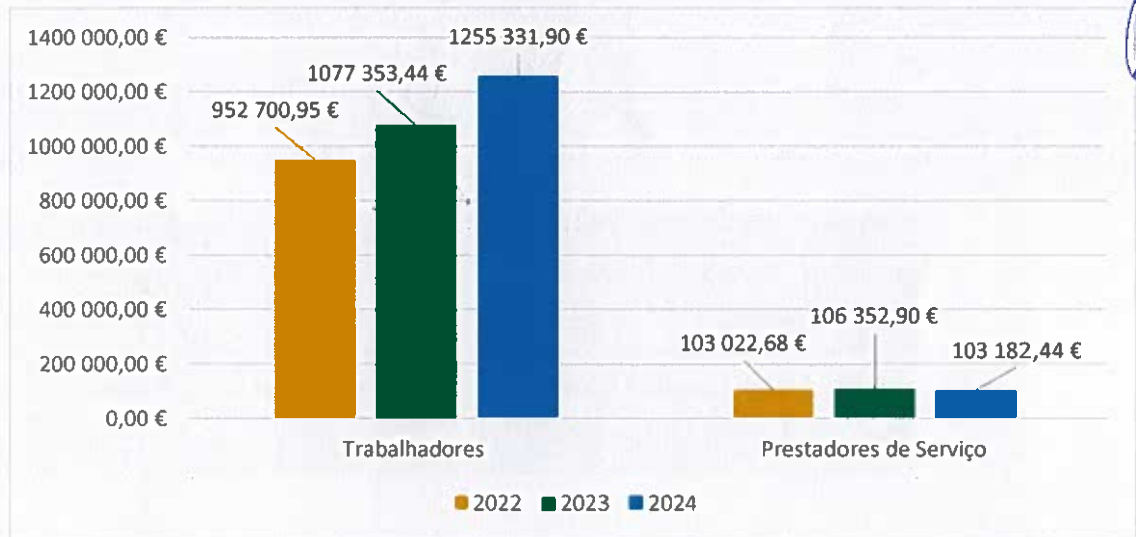
Quadro 8: Custo dos Trabalhadores Internos e Prestadores de Serviços

	2022	2023 *	2024 *
Trabalhadores	952 700,95 €	▲1 077 353,44 € ▲11,6%	▲1 255 331,90 € ▲16,5%
PS	103 022,68 €	▲106 352,90 € ▲3,1%	▼103 182,44 € ▼-3,0%
Custo total	1 055 723,63 €	▲1 183 706,34 € ▲10,8%	▲1 358 514,34 € ▲14,8%

(*) Percentagens por comparação com o ano anterior.



Gráfico 18: Custo dos Trabalhadores Internos e Prestadores de Serviços



(f) FORMAÇÃO

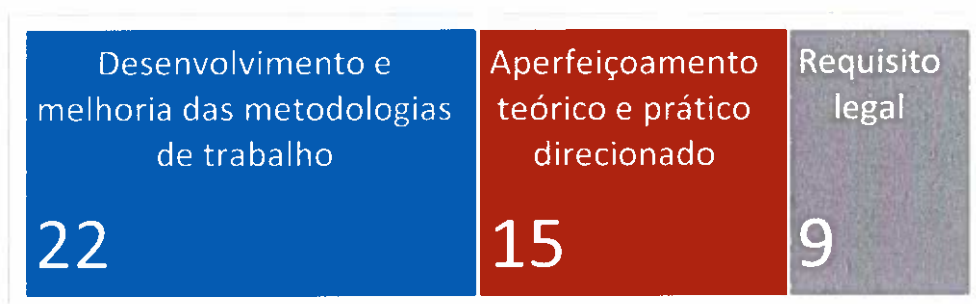
Além da análise da realidade da Fundação-Lar, diversos estudos realizados em Portugal demonstram que a maior parte dos gastos nas organizações sem fins lucrativos está relacionada com o pessoal. Nesse contexto, uma gestão racional, aliada a um ambiente organizacional favorável, impacta diretamente na motivação e satisfação dos trabalhadores e, por consequência, na qualidade dos serviços oferecidos aos utentes, contribuindo para o equilíbrio, sustentabilidade e continuidade das Instituições.

O investimento na formação dos trabalhadores tem como objetivo a especialização e capacitação para as suas funções e contribuir para a sua profissionalização. Em 2024, promoveram-se ações de formações orientadas para as necessidades das diversas áreas funcionais da instituição, em três vertentes fundamentais: desenvolvimento e melhoria



das metodologias de trabalho, aperfeiçoamento teórico e prático direcionado e requisitos legais

Gráfico 19: Formação ministrada, por Tipo de Enquadramento

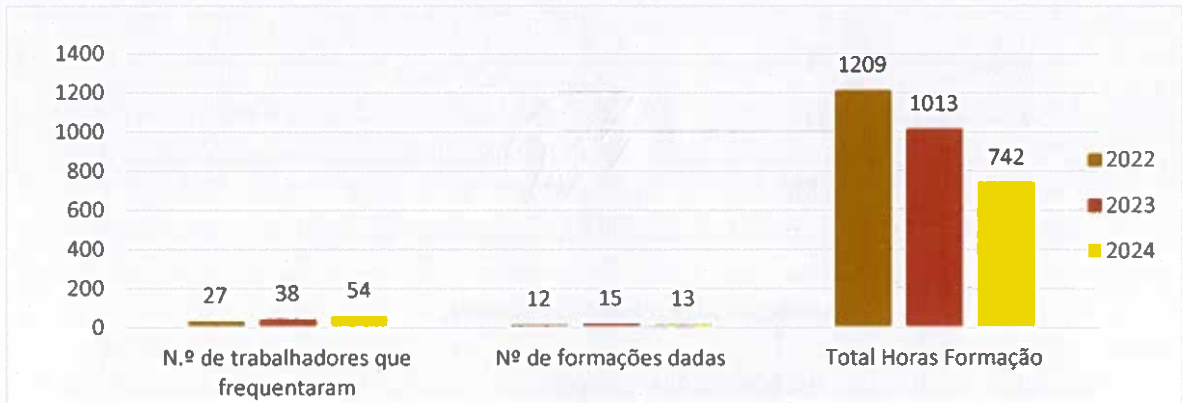


As iniciativas de formação, ao permitir que os colaboradores desenvolvam novas competências, fortalecem a colaboração mútua e exponenciam a motivação e o espírito de equipa.

Através das formações ministradas no ano em análise, alcançaram-se melhores resultados nos cuidados aos utentes, o que se traduziu numa melhor qualidade dos serviços prestados. No gráfico infra é possível verificar que, no último triénio, o número de trabalhadores que frequentou formação promovida pela instituição tem vindo a crescer. Não obstante se ter verificado um decréscimo no número de horas de formação, ao invés, constatou-se ter havido um maior impacto na consciencialização para a necessidade de aderir à formação e dos inerentes benefícios, a nível individual ou coletivo, com ganhos de eficiência quanto ao tempo dedicado à formação.



Gráfico 20: Formação



Promoveu-se, ainda, com sucesso, três novos estágios em três áreas distintas e sem representação na Fundação-Lar, procurando o dinamismo de uma equipa multidisciplinar (Gráfico 21) e vir a reforçar as habilitações literárias da nossa equipa de Recursos Humanos (Gráfico 22).

Gráfico 21: Estágios Promovidos

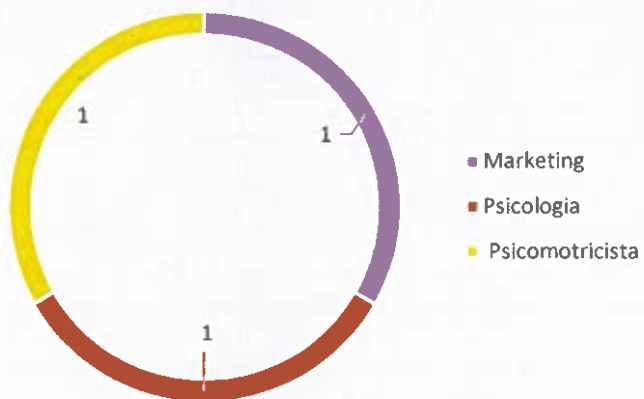
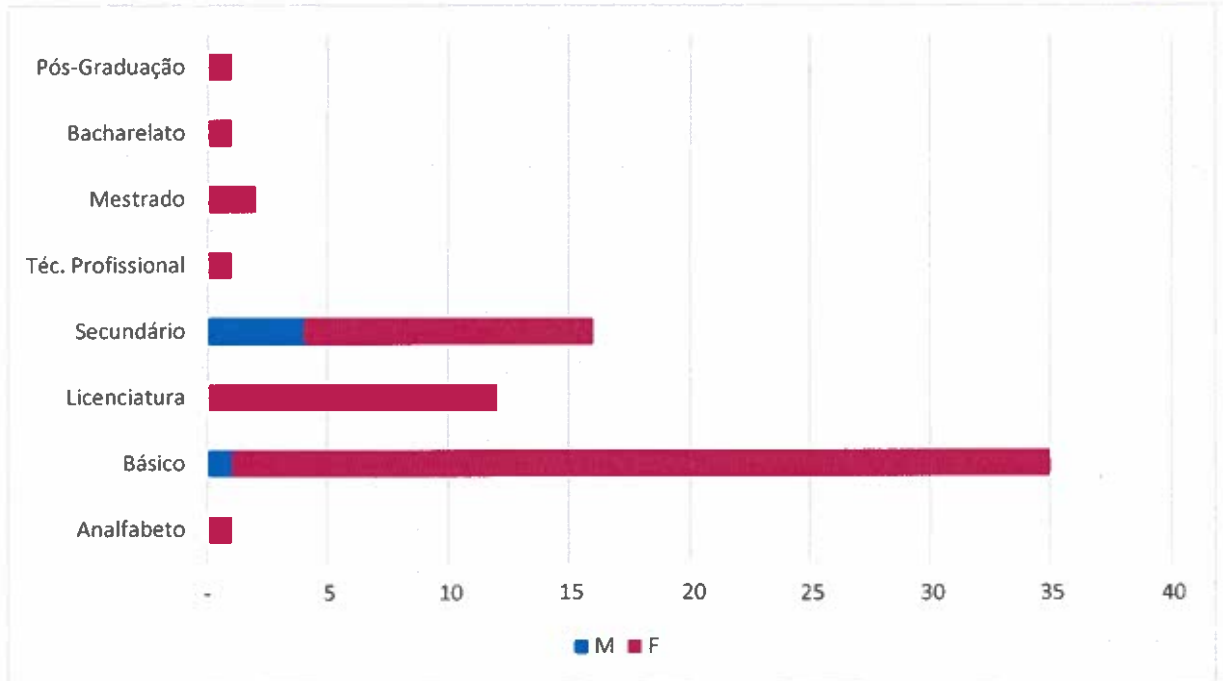




Gráfico 22: Habilitações Literárias por Sexo



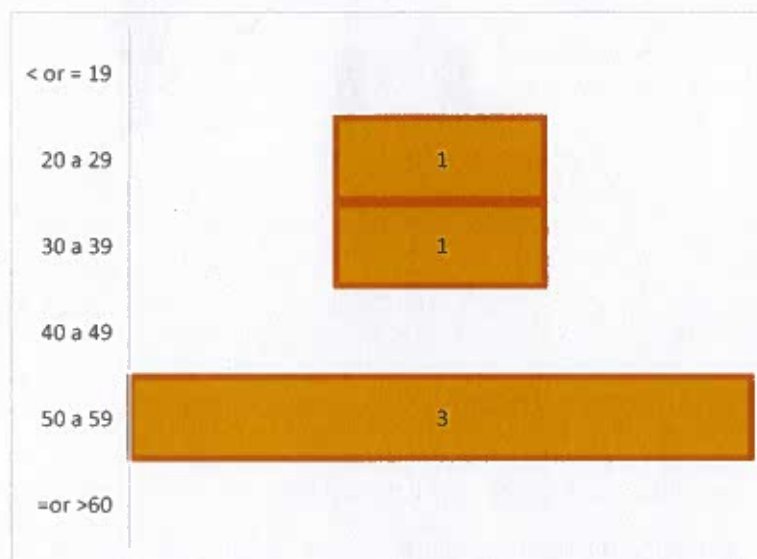


[Handwritten signature and initials]

(g) ACIDENTES DE TRABALHO

No ano em análise verificaram-se 5 acidentes de trabalho, todos eles envolvendo trabalhadores do sexo feminino, distribuídos segundo as faixas etárias indicadas no Gráfico 23.

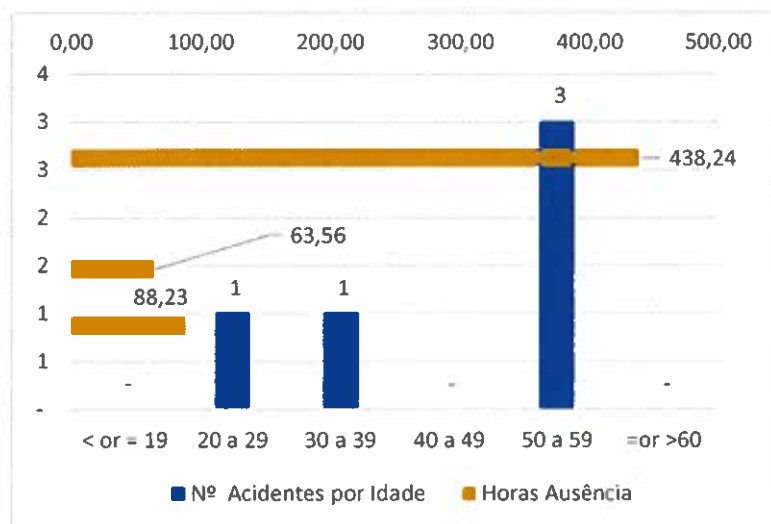
Gráfico 23: Acidentes de Trabalho



O período de duração das ausências por acidente de trabalho foi de 590,03 horas, gerando ausências de 88,23 horas para 1 acidente de trabalho na faixa etária de 20-29 anos, de 63,56 horas para 1 acidente de trabalho na faixa etária de 30-39 anos e de 438,24 horas para 3 acidentes de trabalho na faixa etária de 50-59 anos, tal como indicado no Gráfico 24.



Gráfico 24: Acidentes de Trabalho (por idade e horas de ausência)



(h) ABSENTISMO

No ano 2024, em comparação com o ano de transato, verificou-se uma diminuição referente às baixas de curta e longa duração e um acréscimo nas baixas de média duração.

Registaram-se 12 baixas de longa duração (superior a 30 dias), 8 de média duração (entre 3 e 30 dias) e 2 de curta duração (não superior a 3 dias). Ressalva-se que, nas baixas de longa duração, se consideram as baixas de gravidez e parentalidade. Contudo, e apesar do decréscimo registado, foi possível encontrar soluções para suprimir estas ausências, assim garantindo-se com o esforço coletivo, que a qualidade do serviço prestado se mantivesse em bom nível.



Gráfico 25: Ausências por Baixa Médica (2024)

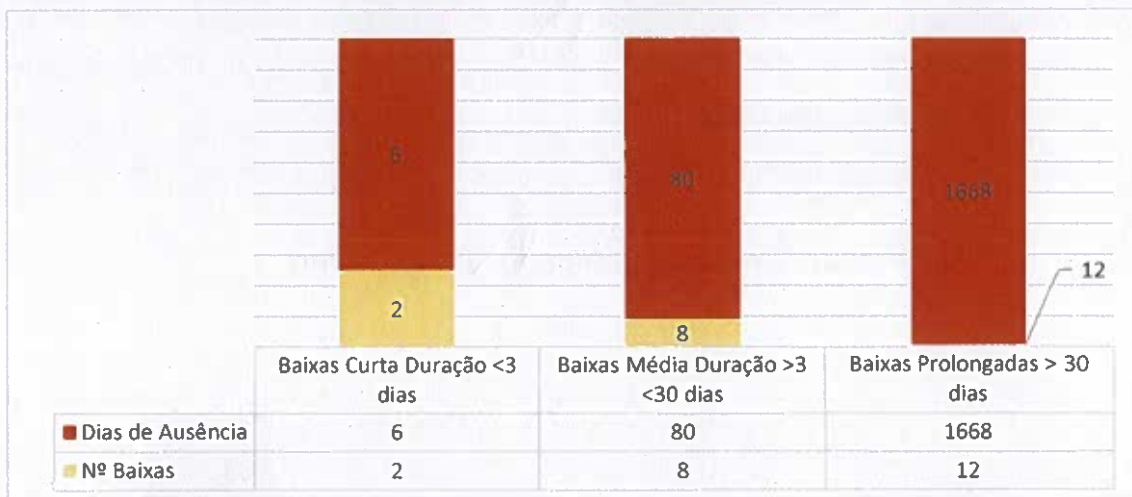
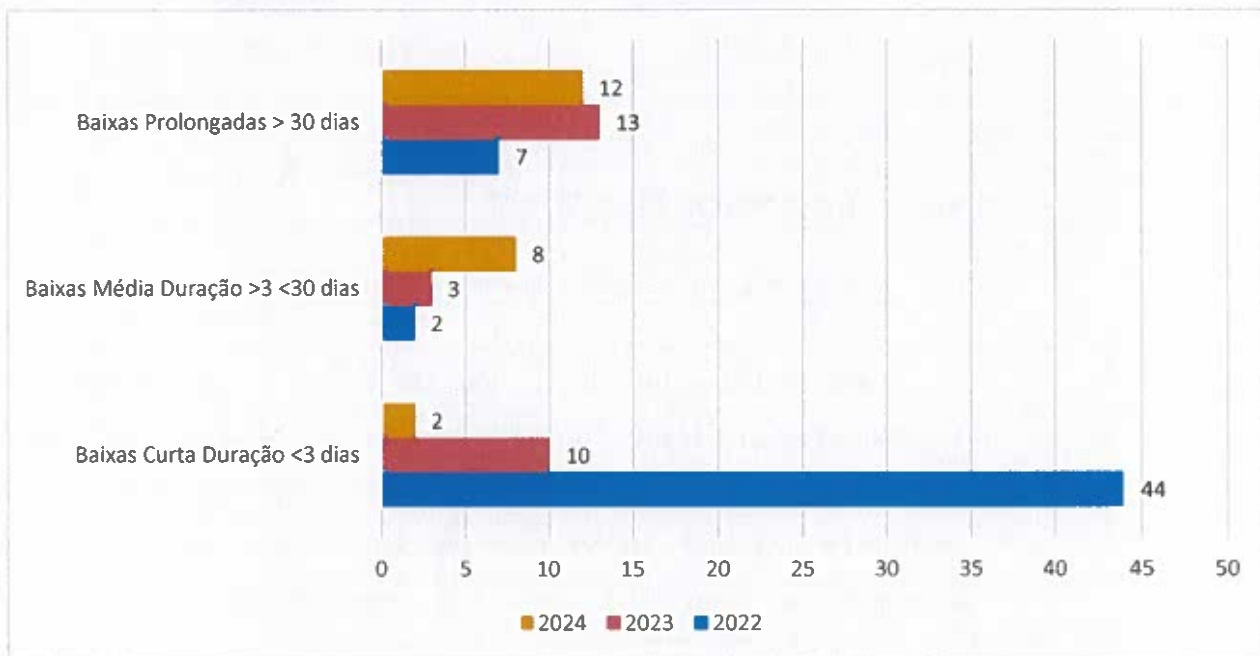


Gráfico 26: Ausências por Baixa Médica (2022 a 2024)

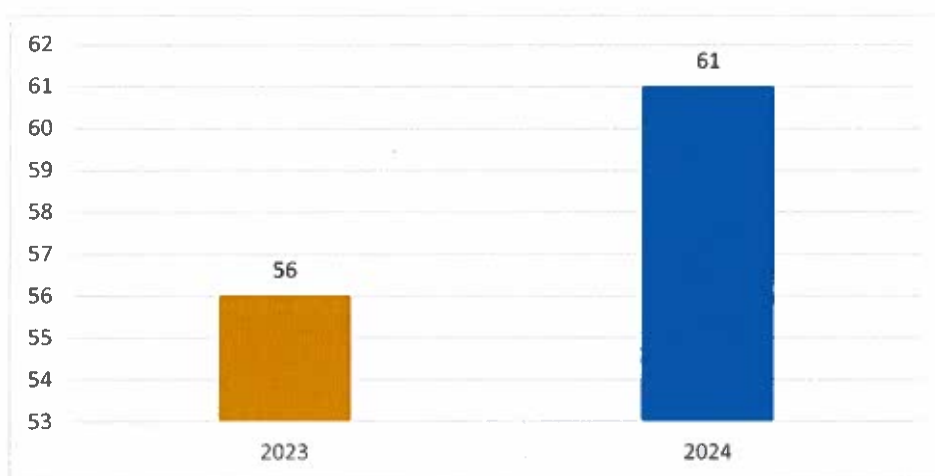




(i) MEDICINA DO TRABALHO

No âmbito da Medicina do Trabalho realizaram-se, em 2024, uma média de 5 consultas por mês, para um total de 61 consultas realizadas/ano.

Gráfico 27: Consultas Medicina no Trabalho



1.4.1.2 RECURSOS MATERIAIS

(a) AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Neste âmbito, durante o ano de 2024, o foco manteve-se na diversificação dos fornecedores e prestadores, visando assim garantir a melhor relação entre a qualidade e o preço. Essa abordagem serviu não apenas para conter custos, mas também para assegurar uma melhor satisfação na qualidade dos produtos e serviços adquiridos.



No que diz respeito à aquisição de material clínico e de higiene, garantiu-se sempre o binómio qualidade vs preço, respeitando as recomendações e orientações clínicas.

O compromisso com a procura da excelência e de uma melhor eficiência nas aquisições efetuadas permitiu assegurar uma visível e contínua melhoria na prestação de cuidados.

(b) BENS OU EQUIPAMENTOS

Quanto a bens ou equipamentos, destacam-se os seguintes:

- *Software* - Investimento num novo programa informático – *Healthi F3M*;
Este programa apresenta-se como uma solução inovadora que agiliza o processo de prescrição de medicamentos e registo diário de dados dos utentes, visando uma poupança de tempo de todos os intervenientes, incluindo o médico e trabalhadores, garantindo maior foco na qualidade do serviço prestado.
- Material de apoio aos utentes e à prestação de serviços dos trabalhadores.

No ano de 2024 mantiveram-se praticamente todos os contratos de prestação de serviços, desatacando-se a alimentação em *outsourcing*, a assessoria em contabilidade, os serviços de assistência informática, a assessoria jurídica, o serviço de vigilância e proteção, a aquisição de consumíveis, serviços de telecomunicações, eletricidade e gás e, higiene e controlo de pragas.



1.4.1.3 SERVIÇOS GERAIS

No decurso de 2024 foram realizados vários trabalhos de manutenção e de beneficiação nos edifícios da sede da Fundação-Lar, bem como nos prédios de rendimento, num valor aproximado de 25.391,99€, representando um acréscimo de 15% , face ao ano transato.



1.5 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Anexo II)

2. CONCLUSÕES E PROPOSTAS

2.1. CONCLUSÕES

Os resultados alcançados e consolidados em 2024 são demonstrativos do compromisso institucional com os desafios de mudança, para isso, apostando na comunicação, na inovação e nas boas-práticas. Nesse sentido, investiu-se em soluções informáticas e em tecnologia bem como, no empreendedorismo social, enquanto se adotaram melhores práticas, para aumentar a receita, reduzir custos, evitar o desperdício e mitigar o impacto ambiental, nomeadamente ao nível da eficiência energética.

O Conselho Executivo, dando sequência às políticas que vem prossequindo do antecedente, assentou a sua gestão em critérios conducentes à consolidação das contas e à saúde financeira da instituição, consciente da sua importância para a sustentabilidade e continuidade dos serviços.

Focou-se, igualmente, na diversificação das fontes de financiamento, através da procura de apoios públicos, privados ou doações de particulares, bem como em desenvolver e ampliar campanhas de angariação de fundos.

Centrou-se, ainda, na gestão eficiente dos meios disponíveis, ao implementar práticas e processos para a otimização dos recursos, evitando desperdícios e assegurando a qualidade dos serviços prestados.



As práticas adotadas na instituição são demonstrativas de uma abordagem feita de forma integrada, que aliou formação especializada, parcerias, programas de inclusão e uma gestão financeira sólida, como garantia para a melhoria contínua da qualidade de vida dos seus utentes.

2.2. PROPOSTA DE AÇÃO

Os principais desafios que se colocam para 2025, deverão ser encarados num quadro de incerteza e riscos não negligenciáveis, considerando a prevalência de tensões geopolíticas e a imprevisibilidade que advém da mudança das políticas, interna e externa, da nova administração norte-americana, fatores que tenderão a afetar a economia global. Estes fatores impactam diretamente as transações comerciais e, por arrasto, a economia portuguesa, podendo influenciar o financiamento e a atividade do terceiro setor.

Ainda assim, a dinâmica que, até aqui, se vem registando na atividade económica mundial e as atuais previsões, indicam que os desenvolvimentos externos poderão contribuir favoravelmente para a economia portuguesa em 2024-2025, perspetivando-se uma recuperação para 0,9% e 2,4%, respetivamente, em 2024 e 2025;

A tendência decrescente da inflação que se vem registando a nível mundial e, em particular na área do euro, foi acompanhada nessa evolução em Portugal, onde a inflação se situou em 2,6% nos primeiros nove meses de 2024 e perspetiva-se que, no conjunto do ano, a inflação desacelere de 2,6% para 2,3% em 2025;

Retém-se ainda como relevante, a previsão do Orçamento do Estado para 2025 que aponta para a adoção de políticas orientadas para o reforço das funções sociais do Estado, relançando o contrato social, com mais



[Handwritten signature]

investimentos para proteção dos mais vulneráveis, nomeadamente, através da melhoria das pensões, do aumento do Complemento Solidário para Idosos (CSI) e do reforço do financiamento às instituições do terceiro setor

Com os pressupostos supra, manter-se-á o foco na valorização previsível e sustentada do trabalho, na sua melhoria e qualidade, incentivando vínculos laborais mais estáveis e a fixação de salários dignos, com condições laborais atrativas para todos os trabalhadores, tendo presente que o salário médio por trabalhador na economia tem vindo a crescer nos últimos anos.

Dar-se-á, também, continuidade às políticas que visem a dinamização das parcerias externas e dos processos de angariação de fundos, para reforço dos rendimentos e promoção da melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados nas Respostas Sociais;

Simultaneamente, prosseguir-se-á com a aposta na nossa Qualidade e Comunicação para valorização e reforço da imagem institucional junto das partes interessadas e da sociedade em geral, que sabemos, tendem a avaliar e a investir, em função do desempenho organizacional e, conseqüentemente, das ações desenvolvidas naquilo que é a adequação das práticas gestionárias à missão das instituições.



2.3. EIXOS ESTRATÉGICOS (EE) E OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)

DEFINIÇÃO E PRIORIZAÇÃO

No contexto do planeamento estratégico, os eixos estratégicos e os objetivos operacionais desempenham um papel fundamental na definição de diretrizes e metas para organizações públicas e privadas. Os eixos estratégicos da Fundação-Lar representam grandes áreas de foco que orientam as ações da instituição a médio e longo prazo, enquanto os objetivos operacionais detalham as iniciativas concretas necessárias para atingir as metas estratégicas. São ferramentas essenciais para uma gestão eficiente, sendo que a inter-relação entre planeamento estratégico e gestão operacional, evidencia como uma estrutura bem definida pode contribuir para o sucesso organizacional.

EE1- Qualificação da Orgânica

Enquanto mecanismo permanente de validação da estrutura funcional, sua adequação às necessidades internas e exigências externas, priorizando a formação, o desenvolvimento de competências técnicas e a promoção das melhores práticas de gestão e de liderança. Apresenta-se com os seguintes Objetivos Operacionais:

OO1 - Promover adequadas práticas de supervisão e controlo;

OO2 - Implementar ferramentas digitais de gestão

EE2 - Desenvolvimento de práticas de gestão de continuidade e sustentabilidade

A concretizar, nomeadamente, através da adoção de critérios de gestão rigorosos, da utilização eficiente dos recursos, da angariação de fundos e



da identificação de parcerias públicas ou privadas. Maioritariamente enquadradas na área funcional da Qualidade e Comunicação, pretende-se o desenvolvimento de parcerias sólidas, o incremento de uma comunicação, interna e externa, eficaz, assertiva e alinhada, para fortalecimento da imagem institucional e autonomia financeira, essencial para o crescimento contínuo da Instituição, sendo este um ponto forte para Fundação-Lar. Elegem-se como Objetivos operacionais:

OO1- Promover práticas de gestão orientadas para o controle e supervisão dos gastos

OO2 - Promover a angariação de fundos ou donativos para reforço da receita;

OO3 - Dinamizar a comunicação e marketing, para o desenvolvimento de novas parcerias;

OO4 - Preparar candidaturas a projetos de cariz diverso, que sejam remuneradores para a instituição.

EE3 - Licenciamento e financiamento do edificado

Para a requalificação do edificado da Fundação-Lar, urge diligenciar abordagens junto de Câmaras Municipais e entidades bancárias, tendo em conta a necessidade de se obter a licença de utilização, só possível após a realização das obras de acordo com os projetos já aprovados. Destacam-se os seguintes Objetivos Operacionais:

OO1 - Acompanhar o processo de licenciamento e financiamento;

OO2 - Preparar candidaturas a programas de apoio e financiamento.



2.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido positivo do exercício, de 112.973,65 € (cento e doze mil, novecentos e setenta e três euros e sessenta e cinco cêntimos), será transferido para "resultados transitados", garantindo maior previsibilidade financeira e suporte para investimentos futuros, em linha com os objetivos estratégicos da Fundação.

Relativamente ao Resultado Líquido do Exercício, no valor suprarreferido, de acordo com a lei geral, propõe-se que seja transferido para "Resultados Transitados".

O CONSELHO EXECUTIVO

Presidente


Coronel José Duarte Velosa Trindade

Secretário


Coronel Fernando José Marques Soares

Tesoureiro


Tenente-Coronel Pedro Alexandre Marcelino Marquês de Sousa



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ANEXOS



Fundação de Solidariedade Social



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ANEXO I: ORGANOGRAMA

Organograma da Fundação Lar de Cegos Nossa Senhora da Saúde

